



**Município de Santa Marta de Penaguião
Assembleia Municipal**

**ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO SALÃO NOBRE DOS PAÇOS DO
MUNICÍPIO, NO DIA 26 DE SETEMBRO DE 2014**

N.º 05/2014

MESA DA ASSEMBLEIA: Presidente – José Alberto Moreira Araújo, 1.ª Secretária - Rosa Martins Cardoso, 2.º Secretário – António Júlio Alves Fernandes. -----

PRESENÇAS: José Emílio Esteves da Silva, José Fernando Fraga Granja, Paula Cristina Morais Guedes Borges, Cesário Pinto Canário, Jorge Manuel Madureira da Silva Sampaio, Leila Vanessa Rodrigues Queirós Cardoso, Paulo Sérgio de Sousa Prior, Alfredo Ribeiro Gouveia, Patrícia Alexandra Correia Fernandes, Adérito Ribeiro Silvério, Jóni André Borges Madureira, Eugénio da Conceição Rocha, João dos Santos Silva, Fernando José Mourão Gonçalves, Hugo Alexandre Cunha Sequeira, José Paulo Barreira da Mota, António Júlio da Costa Almeida, Manuel Augusto Mesquita Pinto e Fernando Borges Moreira, Membros da Assembleia. -----

AUSÊNCIAS JUSTIFICADAS: Não houve. -----

AUSÊNCIAS INJUSTIFICADAS: Não houve. -----

PRESENÇAS DA CÂMARA MUNICIPAL: Luís Reguengo Machado, Presidente da Câmara; Sílvia da Fonseca Silva Guedes, José Manuel Moreira Lopes, Luís Manuel Mota Bastos e Aníbal Pinto Prior, Vereadores e António Augusto Amaral Sequeira, Chefe da Divisão Administrativa, Financeira e de Recursos Humanos. -----

OUTRAS PRESENÇAS: Maria da Piedade Ribeiro Moreira, Coordenadora Técnica da Secção de Recursos Humanos, Expediente Geral e Arquivo. -----

HORA DE ABERTURA: 18:00 horas. -----

ATA DA REUNIÃO ANTERIOR: Aprovada, por unanimidade, em minuta no final da Sessão.-----



----- **1 – PERÍODO DE “ANTES DA ORDEM DO DIA”:** -----

----- **1.1** – Apreciação e votação da Ata da sessão anterior. -----

----- **1.2** – Leitura resumida do expediente e prestação de informações ou esclarecimentos.

----- **1.3** – Assuntos de interesse para o Município. -----

----- **2 – PERÍODO DA “ORDEM DO DIA”:** -----

----- **2.1** – Apreciar uma informação escrita do Senhor Presidente da Câmara (alínea c), n.º 2 do artigo 25.º do anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro); -----

----- **2.2** – Deliberar sobre a fixação de Taxas do Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI), para o ano de 2014 a liquidar no ano 2015, nos termos do artigo 112.º do CIMI - Código do Imposto Municipal sobre Imóveis (n.º 4 do artigo 112.º do Decreto-Lei n.º 287/2003, de 12 de novembro, em conjugação com a alínea d) do n.º 1 do artigo 25º do anexo I à Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro – Deliberação da Câmara Municipal de 19 de agosto de 2014); -----

----- **2.3** – Deliberar sobre a Revisão do Orçamento da Despesa/2014 (alínea a), n.º 1 do artigo 25.º do anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro - Deliberação da Câmara Municipal de 2 de setembro de 2014); -----

----- **2.4** – Deliberar sobre a Delegação de Competências nas Juntas de Freguesia e respetivos acordos de execução no âmbito dos transportes escolares (alínea k), n.º 1 do artigo 25.º do anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro - Deliberação da Câmara Municipal de 16 de setembro de 2014); -----

----- **2.5** – Deliberar sobre formas de apoio à Freguesia da Cumieira (alínea j), n.º 1 do artigo 25.º do anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro - Deliberação da Câmara Municipal de 16 de setembro de 2014); -----

----- **3 – PERÍODO DE “INTERVENÇÃO DO PÚBLICO”** -----

----- O Senhor Presidente da Assembleia deu início à Sessão. Cumprimentou os presentes, realçou a presença do público presente, e, expressou votos de que todos tivessem tido umas Boas Férias. -----



----- Seguidamente foi feito o registo das presenças. -----

----- Após verificação da existência de quórum, o Senhor Presidente da Mesa declarou aberta a sessão. -----

----- **1 – PERÍODO DE “ANTES DA ORDEM DO DIA”** -----

----- **1.1** – Apreciação e votação da Ata da sessão anterior. -----

----- O Senhor Presidente da Mesa solicitou a concordância do Plenário para dispensa da leitura da ata da sessão realizada no dia seis de junho de dois mil e quatro, uma vez que a mesma foi distribuída a todos os membros com antecedência, a qual foi concedida. -----

----- Seguidamente foi a referida ata colocada à discussão e sujeita a votação. -----

----- **Deliberação: Aprovada, por unanimidade.** -----

----- **1.2** – Leitura resumida do expediente e prestação de informações ou esclarecimentos. -

----- O Senhor Presidente da Assembleia deu conhecimento aos Senhores Deputados da correspondência recebida e remetida com antecedência a todos os membros, não se verificando quaisquer intervenções. -----

----- **1.3** – Assuntos de interesse para o Município. -----

----- O Senhor Presidente da Assembleia declarou aberto o período de inscrições, tendo a bancada do PPD/PSD, através do Senhor Deputado Alfredo Gouveia, apresentado à mesa uma recomendação, com o seguinte teor: -----

----- **" RECOMENDAÇÃO** -----

----- *No passado dia 17 de Junho de 2014 o senhor presidente da câmara municipal levou ao conhecimento do executivo a existência de 202 “exemplares inutilizados” do Foral Manuelino de Santa Marta de Penaguião porque segundo se lê na acta da reunião desse dia, os mesmos se encontram assinados pelo então presidente da câmara, Dr. Francisco Ribeiro, facto, segundo afirma, desconhecia e impede o actual executivo de os ofertar. -----*

----- *Acrescenta que não foram ponderados os custos futuros que tal assinatura acarretaria e lamenta que alguém com a gestão suprema do município o tenha feito como se de um*



cargo vitalício se tratasse, pelo que não resta outra alternativa, senão “arquivar” os exemplares em stock. -----

----- Ocorre perguntar: -----

----- - Quais os custos futuros? Então a obra não foi toda paga? A despesa não está realizada? -----

----- - Qual cargo vitalício? Então o actual presidente da câmara, quando deixar de o ser, vai mandar “arquivar”, “inutilizar” e “apagar” a sua assinatura de tudo aquilo que ficar para depois de si? Que nome vai pôr na placa de inauguração da Escola? O dos vereadores do PSD? Bem podia! -----

----- - Não há alternativa ao arquivo desses exemplares? Claro que há, e muito simples, porque nenhuma razão de interesse público impede o actual executivo de disponibilizar os livros em causa aos Penaguienses e, designadamente, aos que demonstrem interesse em ter um Foral do seu concelho e não tenham problemas de espécie alguma com essa assinatura. Como fizeram e fazem outros municípios com obras idênticas, como Torre de Moncorvo, São João da Pesqueira, Tabuaço, ... e muitos outros. -----

----- Sugerimos mesmo ao senhor presidente da assembleia municipal que solicite ao executivo a disponibilização de um exemplar do Foral Manuelino de Santa Marta de Penaguião a todos e cada um dos membros desta assembleia. -----

----- Provavelmente só aqueles que nunca precisaram da assinatura do então presidente para nada na vida é que quererão ficar com o livro, mas quanto a isso, manda a consciência e a coragem de cada um. -----

----- Santa Marta de Penaguião, 26 de Setembro de 2014” -----

----- Assinatura: A bancada do PSD -----

----- O Presidente da Junta de Freguesia da Cumieira, Senhor Fernando Gonçalves, solicitou a palavra para dizer que, na sua opinião, não tem lógica que a Câmara Municipal ofereça um Foral a entidades, ou até em momentos oficiais, que contenham o nome de um Presidente que não seja o do que está em funções. -----



----- O Senhor Deputado Alfredo Gouveia perguntou ainda se os Forais estão arquivados. –

----- O Senhor Presidente da Câmara respondeu que os Forais estão arquivados e estimados. -----

----- Seguidamente, o Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao Senhor Deputado Paulo Prior, que iniciou a sua intervenção por cumprimentar a Mesa, o Executivo Municipal, os funcionários e restantes membros da Assembleia. Saudou também o público que se tem dignado assistir à Assembleia e que muito honra o Órgão e todo o Executivo. --

----- Questionou o Senhor Presidente da Câmara, se poderia adquirir ou consultar o Foral, conforme consta na página eletrónica da Câmara Municipal, que pode ser consultado na Biblioteca ou adquirido no Gabinete de Apoio ao Município, expressando que não tem qualquer problema em adquirir um Foral com a assinatura do então Presidente da Câmara.

----- Fez ainda referência a uma intervenção do Senhor Presidente de Câmara, vertida em ata da Assembleia da sessão anterior, sobre o pagamento de ajudas de custo e subsídio de transporte ao Senhor Vereador Dr. Luís Bastos. -----

----- Recordou que os Senhores Vereadores em regime de não permanência e os membros da Assembleia Municipal têm direito a senhas de presença, ajudas de custo e subsídios de transporte pela participação nas reuniões ou sessões, ordinárias e extraordinárias da Câmara e Assembleia Municipal. Prosseguiu com a leitura de um parecer emitido pela Doutora Maria José L. Castanheira Neves, na qualidade de Diretora de Serviços de Apoio Jurídico à Administração Local, Excelentíssima Senhora. -----

----- O Senhor Deputado Paulo Prior, em nome do Grupo Municipal do PPD/PSD, convidou o Executivo a repor retroativamente a legalidade da situação sob pena de terem que recorrer à via judicial. -----

----- Continuou, dirigindo a palavra ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal para lhe recordar que no artigo 5.º, n.º 1, alínea o) do regimento aprovado por unanimidade na Assembleia Municipal, prevê o pagamento desses direitos, assim como, o artigo 6.º refere as competências do Presidente da Assembleia, entre as quais a de autorizar a realização



das despesas orçamentadas relativas a senhas de presença, ajudas de custo e subsídios de transporte. Mais disse, ao Senhor Presidente da Assembleia, que era sua obrigação o cumprimento integral do Regulamento. -----

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal lembrou o Senhor Deputado Paulo Prior e restante Assembleia que o Regimento da Assembleia também prevê o tempo de intervenção dos Grupos Municipais e que os mesmos deverão ser respeitados. Mais disse que deverão racionar o tempo para que as Assembleias não se tornem fastidiosas e desmotivadoras para o público e para a própria dinâmica da Assembleia, mas tornando-a virtuosa, positiva e construtiva de modo a que o público presente dê por bem empregue o tempo que ali passam. Reforçou que o Regimento deve ser cumprido por todos. -----

----- O Senhor Deputado Paulo Prior disse que conhecia bem o Regimento, que no período de "Antes da Ordem do Dia", não há limitações de tempo, e, que portanto, estava em cumprimento, considerando que a duração das Assembleias deve ser a duração necessária. -----

----- Seguidamente o Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara que iniciou a sua intervenção por cumprimentar a Mesa, os Membros da Assembleia, os colegas do Executivo, os colaboradores e o público presente.

----- Dirigiu a palavra ao Senhor Deputado Alfredo Gouveia para lhe dizer que ficou surpreendido, e, que desconhecia a sua faceta irónica, que não combinava com a sua postura. Questionou-o se conhecia os Forais, e convidou-o a consultá-los. -----

----- Quanto à intervenção do Senhor Deputado Paulo Prior, o Senhor Presidente da Câmara disse que na reunião de Câmara quando discutiram o direito às ajudas de custo, o Senhor Chefe Divisão informou que não tinham direito, devido à distância ser inferior a 20 quilómetros, certo que o Senhor Vereador Dr. Luís Bastos aceitou a informação dada pelos serviços. Mais disse que considerou que essa informação tinha sido aceite, mas, se o Senhor Vereador não teve coragem, vontade ou capacidade de na reunião de Câmara, assumir essa postura e o traz à Assembleia com guarda de honra, diz começar a perder



algum respeito. No entanto, se o Senhor Vereador quiser solicitar o subsídio de transporte, o poderá fazer a qualquer momento. Acrescentou, lendo um pequeno excerto de um parecer da Senhora Doutora Maria José L. Castanheira Neves, já referenciada “ ... Assim se o domicílio do eleito distar a mais de 20 quilómetros do local da realização das reuniões, este terá também direito às ajudas de custo”. -----

----- **2 – PERÍODO DA “ORDEM DO DIA”:** -----

----- **2.1** – Informação do Presidente da Câmara (alínea c), n.º 2 do artigo 25.º do anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro). -----

----- O Senhor Presidente da Assembleia declarou aberto o período de intervenção dos Senhores Deputados, e não se registando qualquer pedido por parte dos Senhores membros da Assembleia, o Senhor Presidente da Câmara pediu o uso da palavra. -----

----- Disse que estavam a três dias de fazer um ano de mandato e que era importante fazerem um balanço. Afirmou que a Semana Cultural, o Feriado Municipal, a caminhada noturna, o Trail, Ultra-Trail e Mini-Trail, a prova de ciclismo, que regressou a Santa Marta, foram um sucesso, reconhecido pelos penaguienses e por quem neles participou ou visitou o concelho. -----

----- Continuou, falando das contas, que as tinham conseguido pôr em dia, situação de que muito se orgulham. Contudo, lembra que para além da gestão do Executivo também foi muito importante a paciência dos penaguienses. -----

----- Informou que o Executivo Municipal, na reunião de Câmara realizada no dia 16 de setembro do ano corrente, decidiu baixar o preço dos Lotes do Loteamento Urbano Municipal “Sol Nascente”, permitindo vendê-los mais rapidamente, e, assim trazer outra dinâmica à zona e à Vila. -----

----- Informou, ainda, que vão fazer chegar as propostas do Plano de Atividades e do Plano Plurianual de Investimentos, que irão considerar as propostas que sejam valorizadas, reais e fundamentadas. -----



----- Agradeceu o contributo que tem sido dado através da divulgação, nas redes sociais, de fotografias que alertam para situações que a Câmara Municipal deve corrigir. Essa divulgação só vem coadjuvar na prestação de um serviço público de melhor qualidade, uma vez que as situações focadas já estavam corrigidas. -----

----- Falou, também, da adesão dos colaboradores da autarquia ao jantar de homenagem aos trabalhadores Aposentados, referindo que foi um sucesso e que isso só prova que estão a trabalhar em equipa. -----

----- O Senhor Presidente da Câmara prosseguiu informando do teor de uma carta enviada para a Câmara Municipal pelo Senhor Presidente da União de freguesias de Louredo e Fornelos, publicitada na Internet e nos lugares do costume onde refere as palavras, *pressão, chantagem, situações injustas e injustificadas, atitude de discriminação...* Atitude tomada depois de uma reunião realizada entre a Câmara Municipal e os Senhores Presidentes de Junta. O Senhor Presidente da Câmara informou quais os trabalhos que a Câmara Municipal já executou naquelas localidades, designadamente, a limpeza da caleira e da Praia Fluvial, a assessoria numa contraordenação levantada pela brigada ambiente, a colocação de novos pontos de luz, a transferência de 14.721,10€ relativa aos contratos interadministrativos celebrados com a autarquia. -----

----- O Senhor Presidente da Câmara perguntou onde estaria a injustiça e a discriminação, e, quem foi injusto? -----

----- Mais informou que, posteriormente, o Senhor Presidente da União de Freguesias veio agradecer a ajuda que a Câmara Municipal deu à população. -----

----- O Senhor Presidente da Câmara manifestou-se satisfeito com o Executivo e os colaboradores, porque num ano com cinquenta e uma decisões, houve zero, contra, e sete abstenções. -----

----- Solicitou a palavra o Senhor Deputado Paulo Prior para dizer ao Senhor Presidente da Câmara que lhe ficava bem realçar, sem ironia, a atitude colaborante dos Vereadores da oposição, mais concretamente na situação do complexo escolar. Questionou-o de quando



será entregue um gabinete aos Senhores Vereadores do PSD, de acordo com a dignidade do cargo, uma vez que já passou um ano. -----

----- Comentou que foi divulgado nas missas dominicais a oferta dos manuais escolares a todos os alunos, quando na realidade não estavam incluídos os livros de fichas para todos, e, que para quem diz honrar a democracia, deveria ser transparente nas mensagens que veicula para os seus cidadãos e não se limitar a realizar plenários para falsas operações de charme. -----

----- O Senhor Presidente da União de Freguesias de Louredo e Fornelos pediu a palavra para agradecer ao Senhor Presidente da Câmara o facto de ter levado àquele Plenário a referida carta. Também agradeceu tudo o que foi feito pelas pessoas da União de Freguesias que representa e que não retira o que escreveu, porque diz ter ficado chocado com o que foi dito na reunião, e o que entendeu foi o que escreveu. -----

----- O Senhor Presidente da Câmara respondeu que o Senhor Presidente, Manuel Augusto, poderia assumir o que quisesse, mas que tinha sido provado naquela assembleia que não era verdade. -----

----- Ainda sobre o assunto, o Presidente da Junta de Freguesia da Cumieira, Senhor Fernando Gonçalves, explicou que o que tinham falado na reunião e explicado ao Senhor Presidente da Junta, a título de exemplo, que quando o município colocou a proposta para contratar pessoal para as escolas o PSD absteve-se, mas que por vezes embora pertencendo a uma bancada não se pode seguir à risca o sentido da mesma, correndo o risco de prejudicar as necessidades da freguesia que representa. -----

----- O Senhor Deputado Adérito Silvério solicitou a palavra para dizer que continuará a publicar fotografias sempre que achar oportuno. -----

----- O Senhor Vereador Luís Bastos pediu a palavra, ao abrigo do artigo 32.º do Regimento da Assembleia, por considerar que tinha sido posto em causa a sua tomada de posição na reunião de Câmara, dizendo o seguinte “*Gostava de dizer ao Senhor*



Presidente da Câmara que solicitasse ao Senhor Chefe de Divisão informação sobre a diferença entre ajudas de custo e subsídio de transporte”. -----

----- Deliberação: Tomado Conhecimento. -----

----- **2.2** – Deliberar sobre a fixação de Taxas do Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI), para o ano de 2014 a liquidar no ano 2015, nos termos do artigo 112.º do CIMI - Código do Imposto Municipal sobre Imóveis. -----

----- Presente a proposta de fixação de Taxas do Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI), para o ano de 2014 a liquidar no ano 2015, para aprovação da Assembleia Municipal nos termos do n.º 4 do artigo 112.º do Decreto-Lei n.º 287/2003, de 12 de novembro, em conjugação com a alínea d) do n.º 1 do artigo 25º do anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro. Esta proposta foi aprovada, por unanimidade, em reunião de Câmara realizada no dia 19 de agosto de 2014. -----

----- O Senhor Presidente da Assembleia declarou aberto o período de apreciação, análise e discussão dos Senhores Deputados Municipais. -----

----- Solicitou a palavra o Senhor Deputado Alfredo Gouveia para questionar o Senhor Presidente da Câmara sobre se já era possível ter uma projeção do impacto da redução da taxa de 2014, relativamente ao ano anterior. -----

----- O Senhor Deputado José Granja pediu a palavra para dizer que o grupo municipal do PS aplaudiu e aprovou a proposta do Executivo Municipal em aplicar a taxa mínima legal de 0,3%. Prosseguiu dizendo que as avaliações a partir de 2011 cobriram o universo total dos prédios urbanos e que nas avaliações é atendido o valor normal de mercado e esse valor tende a chegar ao valor real e às vezes até superior. Reconheceu que uma taxa baixa numa base de incidência alta, aumenta o imposto, como todos poderão verificar na contribuição, atual, das suas habitações que poderão variar entre 150 a 300 euros de taxa. E, para responder ao Senhor Deputado Alfredo Gouveia disse que apesar da redução da taxa estar entre os 45 a 50 mil euros, ou seja o valor arrecadado em 2013 referente a 2012 foi de 389.421,31€ e em 2014, referente a 2013 foram arrecadados até setembro



293.728,90€, prevendo-se arrecadar até ao final do ano 343.728,90€, dando um diferencial de cerca de 45.692,41€. -----

----- Continuou dizendo que relativamente a 2014 o Executivo voltou a propor a taxa mínima, e que a bancada do PS só pode apoiar e aprovar, de alma e coração, a presente proposta. -----

----- O Senhor Presidente da Câmara, no uso da palavra, disse que são mais ou menos 50 mil euros, o quer dizer, a grosso modo, que com esta medida, se for aprovada pelo Plenário, serão 100.000 mil euros, ou seja mais 50.000 que poderão ser injetados de forma indireta na economia local. É uma boa medida que ajuda os penaguienses e que de facto a sua gestão veio permitir ter uma folga financeira que lhes dá a possibilidade de baixar ao máximo os impostos a que as pessoas estão obrigadas. -----

----- **Deliberação: Aprovado, por unanimidade.** -----

----- **2.3 – Deliberar sobre a Revisão do Orçamento da Despesa/2014.** -----

----- Presente a proposta de Revisão do Orçamento da despesa/2014, para aprovação da Assembleia Municipal, nos termos da alínea a), n.º 1 do artigo 25.º do anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. Esta proposta foi aprovada, por unanimidade, em reunião de Câmara realizada no dia 2 de setembro de 2014. -----

----- O Senhor Presidente da Assembleia declarou aberto o período de apreciação, análise e discussão dos Senhores Deputados Municipais, não se registando pedidos de intervenção. -----

----- **Deliberação: Aprovado, por unanimidade.** -----

----- **2.4 – Deliberar sobre a Delegação de Competências nas Juntas de Freguesia e respetivos acordos de execução no âmbito dos transportes escolares.** -----

----- Presente a proposta de Delegação de Competências nas Juntas de Freguesia, para aprovação da Assembleia Municipal, nos termos da alínea k), n.º 1 do artigo 25.º do anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. Esta proposta foi aprovada, por unanimidade, em reunião de Câmara realizada no dia 16 de setembro de 2014. -----



----- O Senhor Presidente da Assembleia declarou aberto o período de apreciação, análise e discussão dos Senhores Deputados Municipais, tendo solicitado o uso da palavra o Presidente da União de Freguesias de Lobrigos (S. Miguel e S. João) e Sanhoane, Senhor Fernando Moreira, para agradecer o apoio que a Câmara Municipal tem dado às populações através da celebração de contratos interadministrativos com as Juntas de Freguesia e no caso em concreto para a realização dos transportes escolares. -----

----- Disse que as Juntas de Freguesia prestam um serviço às populações, de proximidade, pois vão com as suas viaturas a locais mais distantes e de acesso difícil para fazerem o transporte das crianças dos 3 aos 10. -----

----- O Senhor Presidente da Câmara usou da palavra para agradecer aos Senhores Presidentes de Junta, o facto de aceitarem realizar os transportes escolares, dado que aquela é uma competência da Câmara Municipal, e agradecer também aceitarem os valores propostos pelo Executivo, sempre em prol das pessoas. -----

----- **Deliberação: Aprovado, por unanimidade. O Senhor Deputado Paulo Prior, do PPD/PSD, estava ausente no momento da votação** -----

----- **2.5 – Deliberar sobre formas de apoio à Freguesia da Cumieira.** -----

----- Presente a proposta de apoio à Junta de Freguesia da Cumieira para aprovação da Assembleia Municipal, nos termos da alínea j), n.º 1 do artigo 25.º do anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. Esta proposta foi aprovada, por unanimidade, em reunião de Câmara realizada no dia 16 de setembro de 2014. -----

----- O Senhor Presidente da Assembleia declarou aberto o período de apreciação, análise e discussão dos Senhores Deputados Municipais, solicitando a palavra o Presidente da Junta de Freguesia da Cumieira, Senhor Fernando Gonçalves, para dizer que o apoio em aprovação se destina ao alargamento cemitério. É uma obra, urgente, que está pendente desde 2004, mas que tem que arrancar o mais breve possível, por já não haver espaço suficiente para sepultar. -----



----- Deliberação: Aprovado, por unanimidade. Os Senhores Deputados Paulo Prior, do PPD/PSD e Leila Cardoso, do PS, estavam ausentes no momento da votação. -----

----- O Grupo Municipal do PPD/PSD apresentou a seguinte declaração de voto: -----

----- “ O PSD de Santa Marta de Penaguião estará sempre a favor da transferência de verbas da Câmara Municipal para todas as Juntas de freguesia, no pressuposto de que as mesmas sirvam para resolver reais problemas das suas populações e independentemente da leitura política que das mesmas possa ser feita. -----

----- O PSD de Santa Marta de Penaguião propugnará sempre por um tratamento justo e equitativo de TODAS as Juntas de Freguesia, sem preferências nem exclusões sobre quem quer que seja.” -----

----- 3 – PERÍODO DE “INTERVENÇÃO DO PÚBLICO”: -----

----- Foi presente à Mesa um pedido de uso da palavra, de acordo com o disposto no artigo 20.º do Regimento da Assembleia Municipal de Santa Marta de Penaguião, do Senhor: -----

----- **Roque Filipe Mesquita Brandão**, “Os assuntos a tratar relacionam-se com as obras de construção da Escola EB 2,3, refeições escolares e solidariedade”; -----

----- Usou da palavra o Senhor Roque Filipe Mesquita Brandão, que iniciou a sua intervenção por apresentar os cumprimentos e agradecimentos endereçados pelo Senhor João Marinho, organizador do Réccua Douro Ultra-Trail, à Câmara Municipal pelo apoio prestado na realização da prova. -----

----- Referiu que na última Assembleia quando colocou a questão sobre as obras da escola de Santa Marta de Penaguião, e que a mesma seria finalizada a 31 de dezembro, o Senhor Presidente da Câmara disse que não tinha encontrado no acervo da Câmara Municipal qualquer referência a essa data. Mais referiu que quando intervém na Assembleia Municipal para questionar a Câmara Municipal, está documentado, e, dessa forma apresentou à Mesa cópia do Diário da República onde consta essa questão, para que a mesma faça parte do acervo da Câmara Municipal. -----

----- Prosseguiu com a colocação das seguintes questões: -----



----- 1 – Como é que a Câmara Municipal, em fevereiro, anuncia que obra da Escola EB 2,3 de Santa Marta de Penaguião, é uma obra a custo zero para a autarquia, em junho, igualmente, e em julho já custa cerca de 3000 mil euros? -----

----- 2 – O próximo Orçamento Municipal tem alguma rubrica que permita assegurar as obras que não forem financiadas, tendo em conta que a obra só tem financiamento até 15 de junho? -----

----- 3 – Decorridos dois meses sobre o início das obras, a calendarização está a ser cumprida ou já há algum atraso entre o calendarizado e o efetuado? -----

----- 4 – Porquê é que as ementas das refeições escolares não estão divulgadas no Site da Câmara Municipal? -----

----- 5 – Já chegaram os bens à população de Lembá e qual a reação desse Povo? -----

----- Terminou dizendo que, sendo um Penaguiense, é com muito gosto que intervém na Assembleia Municipal e que estará sempre disponível para participar em reuniões, como já o tem feito, sempre que o Senhor Presidente e restante Executivo o entender. -----

----- O Senhor Presidente da Câmara informou que a Câmara Municipal assumiu, do Orçamento Municipal, 262.168,49 euros, pelo facto do Tribunal do Contas ter solicitado, numa quinta-feira, uma declaração de compromisso do Ministério da Educação, quando a Auditora ia de férias na segunda-feira seguinte. Informou, ainda, que foi contactada a Direção Regional do Norte, e que esta disse que não passavam a declaração e se a passassem demorariam 30 dias. Por tal facto e tendo em consideração o início das férias judiciais, a obra só seria Visada pelo Tribunal de Contas em outubro. Confrontados com esta situação, a Câmara Municipal decidiu ir ao orçamento municipal buscar 262 mil euros e não perder 2 milhões e meio. -----

----- Informou, também, que o Ministério da Educação está a colaborar e irá assumir 7,5%, sendo os outros 7,5% respeitantes ao terreno, esclarecendo que o pedido já foi efetuado pela Câmara Municipal. -----

----- Informou, ainda, que o Administrador do empreiteiro garantiu que a obra estará pronta a 30 de junho, salvo se houver condições climáticas adversas, ou se surgir alguma situação anómala. Disse que todas as semanas é feito um ponto da situação e que naquele momento, a obra tinha um retardamento de 4 dias. Afiançou que se a obra terminar depois do prazo estabelecido pagará o que for daí para cima e que não irá deixar cair a obra. Reforçou que o prazo está perfeitamente controlado. -----

----- Quanto ao orçamento municipal informou que a rubrica está criada, o valor da obra tem que estar inscrito em orçamento e é o valor que está lá. -----

----- Relativamente a Lembá, o Senhor Presidente da Câmara informou que ainda não foi possível enviarem os bens porque os Bombeiros de Fontes foram retirando peças da viatura e que, no momento, estão à procura de novas peças para que a mesma chegue a Lembá em condições. Como a roupa e os livros não enchem um contentor, vão ter que aguardar até as coisas se arranjamem. -----

----- Esgotados os assuntos da Ordem de Trabalhos, foi feita a leitura da minuta da ata. ----

----- E nada havendo mais a tratar, a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a presente ata, em minuta, nos termos e para os efeitos consignados no n.º 4 do artigo 57.º do anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a qual vai assinada pelo Presidente da Assembleia Municipal e por mim, Rosa Martins Cardoso, com funções de 1.ª Secretária, que a elaborei. Foi encerrada quando eram 20:10 horas. -----

O Presidente da Assembleia,

José Alberto Moreira Araújo

1.ª Secretária,

Rosa Martins Cardoso